

Curadoria criou 'conflito', diz Sieceesp

Mônica Zarattini/AE-10/3/92



Estratégia

José Geraldo Brito Filomeno, da Defesa do Consumidor: Ministério Público atua em duas frentes

Advogado diz que há um 'choque' entre Executivo e Judiciário

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

O consultor jurídico do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieceesp), Adib Salomão, disse ontem que o coordenador das Curadorias de Defesa do Consumidor, José Geraldo Brito Filomeno, criou um "conflito" entre o Judiciário e Executivo, recorrendo ao Ministério da Justiça na questão das mensalidades. "O promotor 'jogou a toalha' perante o Tribunal de Justiça de São Paulo e foi buscar socorro no ministério, que não tem poder de julgamento", afirmou.

Para Salomão, o processo aberto no TJ com base em representação do Ministério

Público, que aponta ilegalidade indexação das mensalidades, está "sub-judice". Ele "não entende" porque Filomeno recorreu ao Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE) antes da publicação do acórdão pelo TJ. Há cerca de 15 dias, o DPDE instaurou processo administrativo para apurar indícios de abuso de poder econômico por parte das escolas, com base em representação do Ministério Público. "Houve mudança das leis?", indagou Salomão.

"Trabalho não me assusta, mas estou tremendamente decepcionado", comentou. "A situação chega a ser revoltante." O coordenador Filomeno refutou as críticas

do advogado. Disse que o Ministério Público está atuando em dois processos diferentes. Ele recorreu ao Executivo para "prevenir danos maiores" porque a Federação Interestadual de Escolas Particulares, "estimulada" pelo Sieceesp, pretendia "incentivar" a adoção de contrato padrão em todo o território nacional. "A disseminação dos contratos, com índices padronizados não previstos na legislação, caracteriza abuso de poder econômico", justificou.

Inscrições — Foram abertas ontem as inscrições para os cursos profissionalizantes de segundo grau na rede estadual.